

Marcondes não tem a maioria

Os três senadores do PFL que integram a Comissão de Constituição e Justiça — Guilherme Palmeira (AL), Marco Maciel (PE) e Afonso Arinos (RJ) — subscreveram recentemente manifesto contra a atitude do líder Marcondes Gadelha (PB) de assumir a liderança do partido através da coleta de assinaturas na bancada, arrebatando para si, desta forma, o cargo até então ocupado pelo senador Carlos Chiarelli.

Não é esta, no entanto, a única vantagem de que parece dispor Chiarelli ao ver remetida à apreciação da Comissão a atitude do líder de destitui-lo da Comissão de Fiscalização e Controle. Os levantamentos iniciais indicam a presença de apenas cinco votos presumivelmente favoráveis a Gadelha, entre os quinze membros que integram a Comissão.

No plenário do Senado, onde a questão será submetida à decisão final, o placar indicaria a presen-

ça de, no mínimo, 25 votos inquestionavelmente governistas (ou seja, a favor de Gadelha), de um total de 72 senadores, ressalvadas aí questões como a possível parcialidade dos senadores avaliadores desses números. Essa parcialidade, no entanto, aparentemente não chega ao ponto de alterar as avaliações. O próprio Gadelha, ao contraditar questão de ordem levantada por Itamar Franco (sem partido-MG) a favor de Chiarelli, constatou: "Sabem todos que o Governo é minoria flagrante em todos os foros desta Casa, a começar do próprio Plenário. Sabem que o Governo é minoria flagrante absoluta na CPI sobre a corrupção, minoria absoluta na Comissão de Fiscalização e Controle, e minoria na Comissão de Constituição e Justiça".

Questão política

Em relação à Comissão de

Constituição e Justiça, os politicamente "afastados" de Chiarelli, que votariam, portanto, com Gadelha, seriam os senadores Roberto Campos, Ney Maranhão, Alfredo Campos, Lourenberg Nunes Rocha e Ronaldo Aragão. O partidários de Chiarelli esperam, em compensação, poder contar com os votos de Maurício Corrêa, Aloísio Bezerra, Iran Saraiva, Chagas Rodrigues, José Paulo Bisol, Wilson Martins, Cid Sabóia de Carvalho e dos três senadores pefelistas que já rejeitaram em manifesto a liderança de Gadelha. Mais do que jurídica, a questão, como sempre ocorre no Congresso, é política, e pesaria a favor de Chiarelli, ainda, o fato de, ao votarem a seu favor, os parlamentares estariam votando a favor de suas possíveis estabilidades em comissões que presidam ou venham a presidir. (G.M.)